

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SER MULHER É RESISTIR: estudo das relações de gênero em movimentos sociais rurais no Brasil e a luta contra as formas de violência enrijecidas durante uma pandemia

Angela Cristina Lauchzer
Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
E-mail: angela_c_lauchzer@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como proposta analisar e compreender as questões de gênero e as formas de violências em que estão inseridas as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Movimento das Mulheres Camponesas do ano de 2014 até o contexto atual da pandemia da Covid-19 no Brasil. Nessa perspectiva, analisamos materiais produzidos pelos movimentos, dados extraídos ao longo do ano de 2020 e os fatos que fizeram com que fosse dada uma atenção especial às violências ao longo de um ano de pandemia. O trabalho se desenvolveu a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de cartilhas e materiais de divulgação confeccionadas pelos próprios movimentos. Além disso, destaca-se o fato da pesquisa estar atrelada à contemporaneidade e, portanto, seus desdobramentos podem atingir proporções diferentes ao longo do ano de 2021.

Palavras-chave: Movimentos sociais, mulheres, violência.

1. Introdução

Há quase meio século começaram a surgir estudos que apontam o papel ativo dos movimentos sociais na luta por direitos dos grupos considerados excluídos dentro da sociedade brasileira. Por meio de articulação de ações coletivas tanto na cidade quanto no campo, esses movimentos vêm se reformulando e se adequando à realidade vivenciada em cada contexto de maneira que as pautas e lutas defendidas por eles sejam escutadas e cheguem até as instâncias que possibilitem que sejam colocadas em prática.

Uma vez que os movimentos sociais têm como característica principal a contestação de situações que coloquem em risco a garantia de seus direitos, este artigo analisará as situações de violência vivenciadas pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

A trajetória de luta dessas mulheres iniciou-se a partir dos anos 1980 e, desde o início, foi permeada por conflitos sociais, políticos e de gênero. É com base nessas reflexões que esse estudo se propôs a refletir sobre as violências presentes no cotidiano e nas lutas dessas mulheres,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

identificando os problemas vividos por elas em seu dia a dia e, em especial, como alguns foram ampliados no decorrer da pandemia da COVID-19 no ano de 2020 no Brasil.

2. Fundamentação teórica

Desde o movimento das sufragistas¹, o debate sobre os direitos das mulheres vem ganhando força, favorecendo o surgimento de diálogos que levaram à propagação do movimento feminista e dos debates sobre gênero por todo o mundo. Gênero, por sua vez, é o termo usado para denominar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina, indicando uma série de construções sociais e culturais que impõem definições e categorizações sobre corpos sexuados, sendo extremamente útil pois “oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p.75).

No final do século XX, as feministas passaram a usá-lo para se referir à organização social entre os sexos. Apesar de existirem diferenças biológicas entre homens e mulheres, subentende-se que a organização social é um dos fatores mais influentes na construção das identidades. Apesar das variações, o consenso é de que ele é a construção social do masculino e do feminino. Seu conceito não deixa claro que existem desigualdades entre os gêneros, porém parte das feministas defendem que existem hierarquias por trás dele. Em geral,

pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade (SAFFIOTI, 2004, pp.45-46)

O termo passou a ser usado pelos/as historiadores/as na medida em que os estudos sobre mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero cresciam. Contudo, apesar de sabermos que as relações entre os sexos são sociais e construídas cultural e socialmente, quando o termo surgiu nas ciências pouco era dito sobre como essas relações eram construídas, tampouco como funcionavam ou se alteravam, fazendo com que seu conceito ficasse estreitamente ligado ao

¹O movimento sufragista reivindicou os direitos políticos para as mulheres, mais especificamente, o direito de votar e de ser votada. Surgiu na Inglaterra, no século XIX, e alcançou o mundo no século XX, período em que a reivindicação foi atendida pela maioria dos países.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estudo de coisas relativas às mulheres. Apesar das lutas para que as reflexões sobre gênero fossem implantadas de maneira interdisciplinar,

o campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação (PEDRO, 2011, p. 270).

Desde que esses debates vieram à tona, as pesquisadoras feministas deixaram claro que os estudos sobre as mulheres transformam completamente todos os campos da História, pois a partir dessa nova perspectiva deveria haver uma revisão crítica nos trabalhos científicos.

"Nós estamos aprendendo", escreviam três historiadoras feministas "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história" (SCOTT, 1995, p. 73).

Nos dias atuais, os estudos sobre gênero possuem outras proporções em todas as ciências humanas. O que antes era restrito apenas a feministas, hoje é pauta de temas diversos que percorrem todos os campos, desde o estudo das mulheres até o estudo das famílias, política, economia, sociedade, entre outros; tanto é que Joana Maria Pedro afirma que “historiadores de fama internacional, como Eric Hobsbawm e Roger Chartier, vêm afirmando que a Revolução das Mulheres foi um dos grandes acontecimentos do século XX, e que a dominação de gênero permeia as relações” (PEDRO, 2011, p. 70).

Como os estudos de gênero envolvem as temáticas da masculinidade e feminilidade, e estes são construções sociais e resultados da educação e influências recebidas ao longo da vida, podemos dizer que, ao nascer com determinado sexo biológico, a família e a comunidade à qual os indivíduos pertencem costumam tratá-lo de determinadas maneiras, uma vez que esse processo de construção do gênero varia de acordo com o recorte histórico analisado e de acordo com a classe social, etnia e espaço em que esses indivíduos estão inseridos. No caso das mulheres dos dois movimentos abordados nesse trabalho, essa construção se dá de maneira específica, diferenciando-se da desenvolvida nas zonas urbanas sendo este, inclusive, um fator que deve ser levado em consideração. Apesar dessas variações,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a identidade de gênero começa a ser desenvolvida de maneira quase universal. Tal identidade é percepção por parte do próprio indivíduo que pertence a um sexo e não a outro. Ainda durante a primeira infância, a pessoa recebe estímulos para reproduzir comportamentos culturalmente compatíveis com seu gênero. Se responde de maneira satisfatória, recebe a contrapartida afetiva. O contrário também é verdadeiro. Quando a criança não reproduz o comportamento considerado adequado pelo adulto, é repreendida (NADER; CAMINOTI, 2014, p. 3)

Até onde sabemos não existe uma sociedade sem a construção social dos gêneros, e, apesar dos trabalhos feministas possuírem a problemática das mulheres em primeiro plano, os conhecimentos sobre gênero fazem referência, inevitavelmente, aos papéis exercidos pelos homens também. Quanto à masculinidade, desde os estudos evolucionistas do século XIX ela vem sendo estudada a partir do ponto de vista sexual-biológico, uma vez que os naturalistas a entendiam como uma consequência biológica cuja afirmação se daria através da posse ou não de um órgão sexual específico – o pênis. Conforme esses discursos se consolidaram, as referências científicas forneceram bases para a institucionalização dessa ideia.

Já na metade do século XX, as feministas defenderam que os comportamentos sociais não eram definidos pelos sexos, mas pelos gêneros, que eram construídos/desconstruídos e delimitados de acordo com fatores socioculturais, abrindo espaço

para que se pensasse na construção social dos gêneros, questionando os papéis sexuais antes vistos como “naturais”. Tal diferenciação entre sexo e gênero é de fundamental importância para compreensão da masculinidade, uma vez que também a masculinidade passou a ser compreendida como uma construção social. A partir desse momento nega-se o argumento de que os comportamentos de gêneros se constroem naturalmente, visão defendida pelo discurso técnico-científico, agora percebido como defensor de uma posição político-ideológica (BOTTON, 2007, p. 112)

Dentro desse contexto, na década de 1990, o sociólogo Pierre Bourdieu lançou sua obra intitulada “Dominação Masculina” (1998), na qual complementa algumas constatações já feitas na sua obra anterior, “O poder simbólico” (1989). A partir das obras, Bourdieu concluiu que as vantagens masculinas nas relações de gênero se dão não apenas em relação à força física, mas também às forças que estão no campo do simbólico. Segundo tal tese:

dentro do processo histórico humano se instituiu e se reproduziu determinadas relações de violência simbólica, compartilhadas consciente ou inconscientemente entre dominantes e dominados. Nesse aspecto, as relações entre gêneros são compreendidas através do conceito de “trocas simbólicas” onde a mulher passa a ser – dentro das relações sociais – objeto de troca, determinado pelo interesse dos homens, reproduzindo o capital simbólico destes homens e sua dominação masculina (BOURDIEU, 2007, p. 144)

Além disso, debates acerca das masculinidades sugerem que as oposições experienciadas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pelos homens são relativas ao seu nível social, uma vez que os elementos que constituem o discurso masculino entre os homens de classes sociais mais baixas vão de encontro ao discurso entre os de classe média e alta. Por isso, as masculinidades devem ser analisadas com singularidade, subjetividade e multiplicidade, já que

não podemos falar em somente uma, mas em diversas masculinidades social-historicamente construídas, sendo uma delas a portadora de um status de “hegemônica” e as demais masculinidades periféricas as concorrentes ou afirmadoras dessa (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 116)

Segundo Pedro Paulo Oliveira (1998, p. 98), descer na escala social é acentuar os traços que a masculinidade proporciona, valorizando sua face mais opressiva. Uma das justificativas para isso é a de, talvez, haver uma necessidade de compensar a falta de poder que os homens dos segmentos marginalizados sentem em quase todas as esferas da vida social. Dessa forma, o machismo serviria como compensação para o sentimento de inferioridade.

Tanto as masculinidades quanto as feminilidades são socialmente construídas e os fatores culturais que indicam quais papéis devem ser desempenhados pelos gêneros e as relações que se dariam entre eles costumam ser criados a partir do sexo biológico. As relações de gênero, por sua vez, não ocorrem de maneira igualitária. Pelo contrário, elas são permeadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, e isso são resultados de um processo de construção social que se estende ao longo de vários séculos.

Essa análise das relações de gênero através do conceito de dominação é característica do sociólogo Pierre Bourdieu. Para ele, o gênero masculino domina o feminino. E essa dominação não é apoiada prioritariamente na força bruta ou nas armas, pois apesar de terem um alto grau de influência, se fossem os únicos determinantes, subentende-se que as mulheres ficariam livres caso não sofressem influência de nenhum destes fatores. Por esses motivos,

a dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico. O dominado (no caso, a mulher) adere a dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural. A violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce as estruturas de dominação (NADER; CAMINOTI, 2014, p. 6)

Assim podemos pensar que as relações de gênero são caracterizadas pelo poder que os homens exercem sobre as mulheres legitimados pela sociedade, tipificando a dominação masculina. Dominação que é resultado das construções sociais impostas sobre homens e mulheres e que pode ser acessada pelo lado dos dominadores quando julgarem necessário.

Além disso, no início da sua obra “A Dominação Masculina” (1998), Bourdieu nos alerta

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobre o fato de estarmos inseridos em padrões inconscientes de estruturas históricas da ordem masculina e que, portanto, nosso olhar e análise estarão sempre sob o viés dessa ótica (LAZDAN; REINA; MUZZETI; RIBEIRO, 2014, p.470). A organização da sociedade e da visão em torno dela são construídas a partir das divisões entre masculino e feminino, que são reforçadas e reconhecidas pelo sistema, fazendo parecer com que essa divisão pareça estar na ordem das coisas. Ainda segundo ele, a força masculina dispensa justificativas, uma vez que

a visão androcêntrica se impõe de forma neutra, de maneira que a concebemos como natural, não havendo necessidade, assim, de legitimá-la. A ordem masculina é favorecida pela confirmação constante do funcionamento da sociedade, que constrói o corpo como uma realidade sexuada, seguidora de princípios de divisão sexualizante. Isso quer dizer que o corpo é construído socialmente; é a concepção sexuada do mundo que transfere ao corpo a diferença entre os sexos, que edifica a segmentação entre os gêneros a partir de uma visão mítica ancorada na relação arbitrária de dominação masculina sobre as mulheres (LAZDAN; REINA; MUZZETI; RIBEIRO, 2014, pp.471-472).

À vista disso, podemos constatar que a desigualdade de gênero não é algo natural, mas posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelas relações sociais. Justamente por não serem dadas previamente, as relações entre homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher podem chegar a vários níveis de violência. Todavia, quando falamos de violência de gênero, o caminho mais difundido é o de homens contra mulheres.

A violência contra a mulher pode ser considerada um fenômeno social, multiforme e histórico. Do ponto de vista sociológico, ela é uma transgressão à norma social e, nela, vemos relações entre agressão e vitimização. Há também a violência estrutural, que tem como fonte geradora as relações econômicas e sociais e, do ponto de vista político, a violência pode ser entendida como relação de forças onde há um desequilíbrio ou abuso de poder de uma pessoa sobre outra. Mas, apesar da dificuldade de conceituá-la, precisamos analisá-la de acordo com o recorte que damos a cada cultura e sociedade e, no caso deste trabalho, como elas se desenvolvem em dois dos maiores movimentos sociais rurais do Brasil contemporâneo.

3. Metodologia

Os estudos relativos aos movimentos sociais permitem, num recorte temporal definido, analisar um determinado campo do conhecimento, visualizando suas principais contribuições para a sociedade e identificando possíveis lacunas e aspectos inexplorados dentro deles.

Para este trabalho, mais do que analisarmos questões referentes a gênero e violência em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

movimentos sociais, fazemos a análise de movimentos sociais do campo, que são aqueles que envolvem o campesinato e os trabalhadores rurais.

Ao longo das discussões apresentadas, olhamos para os movimentos sociais rurais de acordo com as suas especificidades. Porém, o que une diversos movimentos sociais rurais com pautas e características diferentes entre si em um país de dimensões continentais como o Brasil são os interesses mútuos entre os indivíduos de todas as regiões do território nacional para lutarem por objetivos em comum. Um exemplo disso é o tema abordado neste trabalho. A luta pelo fim da violência é um ponto de intersecção entre o MST e o MMC, possibilitando que as mulheres dos dois movimentos se unam em pautas em comum e alcancem mais pessoas, inclusive de fora dos movimentos, trabalhando uma das principais características dos movimentos sociais que é o poder de mobilização e organização em massa.

Além disso, esta pesquisa tem um caráter qualitativo e gira em torno da análise de cartilhas, folders e publicações produzidas pelos dois movimentos entre 2014 e 2021. A escolha por esse recorte temporal justifica-se por se tratar de um período em que as questões analisadas sofreram muitas alterações e adaptações.

Ao tomar os movimentos sociais rurais como pano de fundo desta investigação, percebe-se também a importância de se atentar sobre quais abordagens conceituais e que debates estão sendo feitos sobre eles. É a partir disso que o estudo de gênero e, conseqüentemente, da violência, se torna significativa, uma vez que são estudos explorados há relativamente pouco tempo na historiografia e que apresentam grande relevância no cotidiano das militantes, não ficando apenas restrito à teoria ou às suas produções intelectuais.

Para a realização deste estudo, adotamos como procedimento principal a apuração das cartilhas, folders e publicações dos movimentos, como já foi dito anteriormente. Dessa forma, a análise realizada foi, majoritariamente, documental, dado que

constitui um documento toda fonte de informação de que o espírito do historiador sabe extrair alguma coisa para o conhecimento do passado humano, considerado sob o ângulo da questão que lhe foi proposta. É perfeitamente óbvio que é impossível dizer onde começa e onde termina o documento; pouco a pouco a noção se alarga e acaba por abranger textos, monumentos e observações de todo o gênero (MARROU, 1978, pp. 62-63).

Desse modo, o principal procedimento metodológico desta pesquisa foi a identificação do objeto de estudo em materiais produzidos e divulgados pelo MST e pelo MMC, os quais dialogam com artigos também produzidos por eles nos últimos anos, e com leituras teóricas e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

produzidas sobre a temática, que nos levaram até os resultados apresentados neste trabalho.

4. Resultados e discussões

É fato que a violência se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres, já que a violência masculina é fruto de um modelo patriarcal de sociedade no qual as relações pessoais afetivas estão fundamentadas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher, pois é isto que garante ao homem o poder de violentá-las, uma vez que alguns as vêem como sua propriedade. Em decorrência desse sistema, as formas de violência se expressam em todas as esferas da vida das mulheres e, por fim, se reproduzem no cotidiano como se fossem algo natural. Essa naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida e do corpo da mulher, que passa a ser objetificado.

Devido a isso, tanto o MST como MMC organizam, com grande frequência, campanhas pelo fim da violência contra as mulheres, cujo objetivo é levantar pautas que provoquem mudanças sociais, culturais e políticas que, uma vez mudadas, poderão resultar em novas formas de organização da sociedade e da realidade em que essas mulheres estão inseridas. Nem sempre tratar desses assuntos é uma coisa fácil para quem vive em situações em que a violência prevalece, mas é justamente nas discussões sobre elas que essas mulheres são instigadas a construir meios para superarem e se libertarem das relações de desigualdades.

Um exemplo desses movimentos pode ser visto na figura 1, na qual, além de chamar todas as mulheres para os atos políticos de luta, é possível ver a maneira como as militantes tentam passar informações importantes e de fácil acesso, deixando claro quais são seus desafios e proporcionando a experiência de que qualquer mulher pode fazer parte dos atos e das lutas do movimento caso se sentir representada. O folder também conta com instrumentos de apoio ao combate à violência contra a mulher, pregando a igualdade nas relações de gênero, apresentando leis, central de atendimento à mulher e órgãos públicos específicos que auxiliam no combate à violência, deixando evidente a importância das denúncias.

Figura 1 - Página 1 do folder “Mulheres Camponesas na luta contra a violência”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Instrumentos de apoio para ajudar no combate à violência contra a mulher

LEI MARIA DA PENHA (Nº 11.340/06) - A lei Maria da Penha, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, após muita luta e sofrimento brutal da própria Maria da Penha, que depois de ter sofrido duas tentativas de assassinato pelo seu marido, deixando-a paraplégica. Com a Lei se legitimou mecanismos para ajudar a coibir e punir a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres. Em seu artigo nº 6.º "A violência doméstica e familiar constitui uma das formas de violação dos direitos humanos".

LIGUE 180 - CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER! - Ela auxilia e orienta as mulheres vítimas de violência através do número 180. As ligações são gratuitas e podem ser feitas de qualquer cidade do Brasil, durante as 24 horas do dia, incluindo feriados e finais de semana. Possibilita a denúncia via telefone, sem precisar identificação de quem denuncia. Então vamos denunciar! Vamos romper o silêncio em defesa da vida! Vamos viver a solidariedade pois se não dói em nós, dói nas mulheres que estão sofrendo a violência. Precisamos nos convencer de que uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres! Violência contra a Mulher é crime!

ORGÃOS PÚBLICOS - em nossos estados e municípios, existem diversos órgãos ligados ao atendimento às mulheres que disponibilizam serviços de apoio e proteção, bem como, orientação às mulheres vítimas da violência. Procure em seu município e divulgue o endereço e telefone de:

- Delegacias e postos de atendimento especializados da mulher.
- Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher.
- Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher.

Nossos desafios:

- Ⓞ Em nossas bases, integrar as organizações sociais e comunitárias para fazer o enfrentamento coletivo as formas de violência praticadas contra as mulheres e também a classe trabalhadora.
- Ⓞ Trabalhar no nosso cotidiano práticas que ajudem a criar novas relações priorizando a cultura da igualdade, do respeito às diferenças e feminista.
- Ⓞ Exigir políticas públicas que promovam a igualdade nas relações de gênero, e também que sejam aplicadas as medidas de proteção e atendimento à mulher que sofre violência, corre risco de vida e a seus filhos. Bem como que em cada município tenha uma Delegacia de Polícia ou Posto da Mulher com servidores competentes para o atendimento.
- Ⓞ Denunciar todo e qualquer tipo de violência. Romper o silêncio! Tomar posição e decisão frente às situações de violência e lutar contra a impunidade dos agressores.

Mulheres Camponesas na luta contra a violência

**Na sociedade que a gente quer!
Basta de violência contra a MULHER!**

Fonte: Acervo do MMC²

Além disso, a imagem de abertura é composta por homens e mulheres com características diferentes, mostrando que os movimentos são feitos por indivíduos de todo o país e que, juntos, lutam pelo fim das violências. Esse engajamento também se estende através da elaboração de convenções, passeatas, atos, pactos e plataformas de ações, que têm como objetivo elevar os debates e problematizações sobre a violência. Apesar de também haver informações sobre políticas públicas voltadas às mulheres, é válido destacar que seu alcance não é suficiente para tocar todos os lugares e pessoas. Diante disso, o desafio dos movimentos sociais é o de construir ações, mobilizações e lutas para garantir que os direitos em todos os âmbitos da vida dessas mulheres sejam efetivados.

Outro exemplo que demonstra a importância da divulgação dessas lutas são as mobilizações em massa que acontecem em datas específicas, como aquelas realizadas no Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher e no Dia Internacional da Mulher³. Essas

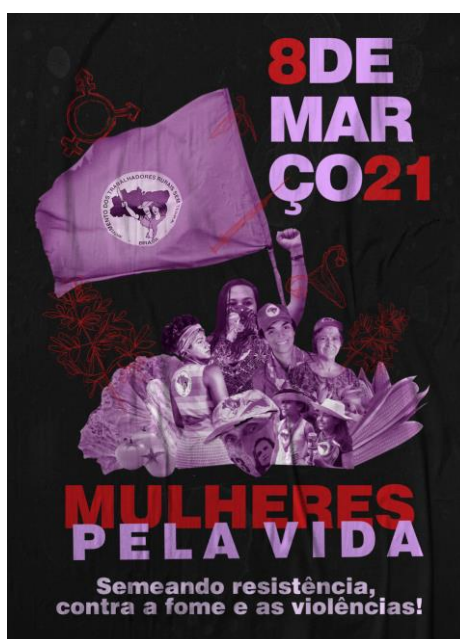
² Disponível em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/download>

³ O Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher e o Dia Internacional da Mulher são comemorados, respectivamente, nos dias 25 de novembro e no dia 8 de março.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

datas são lembradas anualmente e sempre envolvem grandes atos que mobilizam a sociedade, como é possível visualizar no convite, disponível na figura 2:

Figura 2 - Arte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra (2021)



Fonte: Acervo do MST⁴

Nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia do coronavírus, a realização das marchas que costumavam acontecer anualmente teve que ser trocada por outras ações que trouxessem impactos sociais. Ao longo do momento mais difícil da pandemia, mulheres do MST decidiram dar apoio e espalhar solidariedade e substituíram as tradicionais marchas e encontros presenciais para formação por ciclos de formação e de conversa, plantio de árvores, distribuição de marmitas e doações de alimentos, produtos de higiene e de sangue.

Sob o lema “Mulheres pela vida semeando resistência, contra a fome e as violências”, as mulheres Sem-Terra pautaram a necessidade da luta pela vacina para todos, pelo mantimento de condições mínimas de sobrevivência e contra todas as formas de violências.

Esse debate sobre as violências durante a pandemia ganhou força com a série “Um Vírus e Duas Guerras”, que é resultado de uma parceria colaborativa entre mídias independentes de 6 estados brasileiros⁵ e que monitorou, até o final de 2020, os casos de feminicídio e de

⁴Disponível em: <https://mst.org.br/download/jornada-nacional-de-lutas-das-mulheres-sem-terra-2021/>

⁵Essa pesquisa é resultado de uma parceria entre as mídias independentes Amazônia Real, sediada no Amazonas;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

violência doméstica acontecidos durante o período de pandemia. Por meio da pesquisa, ficou constatado que desde o início da crise do coronavírus no Brasil, 497 mulheres foram mortas. Isso equivale a um feminicídio a cada 9 horas entre os meses de março e agosto de 2020, ou uma média de 3 mortes por dia, sendo São Paulo, Minas Gerais e Bahia os estados com maior número de casos no período.

Já em Santa Catarina, enquanto os dados apontam uma queda de 14% nos feminicídios em relação ao mesmo período do ano anterior, o número de homicídios de mulheres cresceu 12%, o que nos leva a outros questionamentos como a subnotificação ou uso incorreto da terminologia para os casos. Segundo a presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica da OAB-SC, Renata de Castilho⁶ “Há uma resistência em se admitir o feminicídio e, às vezes, ele é catalogado como homicídio. Na maioria dos casos, se for investigar seriamente, chega-se a um feminicídio justamente pela condição de ser mulher”.

A situação é tão grave que a diretora global da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, afirmou que “a violência contra a mulher é uma pandemia tão devastadora quanto o coronavírus” (MST, 2021). E é por isso que as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais se mostram tão importantes, uma vez que é preciso reafirmar o compromisso em seguir mobilizando-se em torno de medidas que encarem essa realidade.

Mas de que violências falamos quando nos referimos àquelas enfrentadas por essas mulheres do MST e MMC? Entre as principais, podemos destacar a violência física, a sexual, a psicológica, a patrimonial e econômica e a moral.

A violência física é representada por qualquer ação ou omissão que ofenda a integridade física da mulher. Na maioria dos casos, essa violência acontece na forma de violência doméstica, característica dos espaços privados. Quase sempre é praticada por maridos e companheiros e está baseada nas relações de poder. Ela é mais comum do que imaginamos e costuma acontecer no lares e nos mostra que as mulheres não estão seguras nem neste espaço.

A violência sexual, por sua vez, é caracterizada por qualquer ação que obrigue a mulher a manter contato sexual, físico ou verbal através do uso de força, intimidação, manipulação,

#Colabora, no Rio de Janeiro; Eco Nordeste, no Ceará; Marco Zero Conteúdo, em Pernambuco; Portal Catarinas, em Santa Catarina; AzMina e Ponte Jornalismo, em São Paulo. Os resultados da pesquisa foram originalmente publicados pela Revista AzMina e uma reportagem sobre ela encontra-se disponível no site do MST, no link: <https://mst.org.br/2021/03/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil/>

⁶Em entrevista concedida a pesquisa para a série “Um vírus e Duas Guerras”. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil/> .

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ameaça ou qualquer outro meio que limite a vontade pessoal da vítima. Pode ser praticada por alguém conhecido ou desconhecido.

Já a violência psicológica é marcada por qualquer ação ou omissão destinada a controlar os comportamentos, crenças e decisões da mulher. Ela se dá por meio de intimidação, manipulação, ameaças, humilhações, agressões, privação de liberdade, privação de trabalho e estudo, danos propositais a objetos pessoais, animais de estimação e a pessoas queridas ou qualquer outra situação que cause prejuízos à saúde psicológica da vítima.

Outro tipo de violência comum é a patrimonial e econômica, que pode ser caracterizada como qualquer ação ou omissão que implique dano, perda, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores. Exemplos dessa violência são a destruição, venda ou furto de objetos, destruição de documentos, venda, aluguel ou doação de imóvel pertencente à vítima ou ao casal, sem a autorização da mulher, entre outros.

E, por último, as mulheres estão expostas também à violência moral, que é definida por qualquer ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. Tanto a violência moral quanto a psicológica atingem a autoestima da mulher, que é agredida verbalmente, humilhada, ameaçada. Esta é a forma mais velada de violência e que incapacita a sua reação, podendo fazer com que ela se resigne.

Como é possível deduzir, as mulheres estão expostas a todas essas formas de violência diariamente. Ademais, acredita-se que a educação é uma das facilitadoras para a criação e, ao mesmo tempo, combate das desigualdades entre os gêneros. Bourdieu

pontua as disposições atuais nas quais a dominação se constitui e constrói um mundo hierarquizado, neste momento, de forma invisível, camuflada e inquestionável. As premissas dominantes estão inscritas, segundo o sociólogo, no ambiente familiar – que se opõe entre o universo público masculino, reconhecido pelos encontros nos bares e clubes, e o privado feminino, abreviado no ambiente doméstico. Estas disposições se ampliam na divisão do trabalho, na escolha das profissões, assim como na hierarquia destas e de suas funções. Por exemplo, a escolha por cargos que exigem submissão e necessidade de segurança, são executados pelas vítimas da dominação de forma a se sentirem satisfeitas com tal tarefa, uma vez que naturalmente possuem qualidades de submissão, gentileza, docilidade, devotamento e abnegação (BOURDIEU, 2002, p. 480)

O autor ainda aponta que os principais alicerces que sustentam e reproduzem o poder masculino e auxiliam na manutenção da violência são a Igreja, o Estado, a família e a escola. E são justamente essas instâncias que, por muito tempo, excluíram da História as relações de dominação masculina e as condições das mulheres. Em outras palavras, a família costuma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

reproduzir a visão masculina e da divisão do trabalho, a Igreja mantém a visão negativa sobre o feminino, agindo de forma simbólica nas estruturas inconscientes, e as escolas, por sua vez, transmitem as características da cultura patriarcal (BOURDIEU, 2002, p. 484).

Contudo, ao mesmo tempo em que essas instituições reproduzem as desigualdades, elas podem ser usadas para superá-las. A escola, por exemplo, foi um dos fatores mais importantes para a independência feminina. E ainda segundo Bourdieu o maior acesso das mulheres ao ensino secundário e superior favoreceu sua ascensão no meio social e, por conseguinte, estimularam sua criticidade e participação em ambientes com maior mobilização social.

É fato que essa cultura capitalista patriarcal é sustentada por alguns pilares, porém alguns deles já estão sendo questionados pelos movimentos. Em uma campanha no ano de 2020, enquanto ainda nem imaginávamos as proporções que a pandemia teria, a Campanha do MST “Mulheres Sem Terra: Contra os vírus e as violências” já destacava a importância de resistência para “Não morrer dos vírus nem dos covardes!” (MMC, 2020).

Com a luta destacada na arte da campanha, tal como é possível ver na figura 3, as militantes do MST convocavam todas as mulheres a se cuidarem até o momento da chegada da cura, da vacina contra a COVID e contra os covardes, uma vez que, segundo o movimento:

o covarde provoca os mesmos sintomas do COVID: ele aprisiona, apavora, sufoca, faz doer a garganta e o corpo - e ambos podem ser letais. Neste momento, nossas panelas precisam soar contra as covas coletivas do vírus, da fome, do feminicídio, da violência doméstica e da ignorância (MST, 2020).

Figura 3 - Arte da Campanha “Mulheres Sem Terra: Contra os vírus e as violências”



ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Reprodução/MST⁷

Esses debates sobre as violências e covardias acontecem nos movimentos desde seus surgimentos e, com a chegada da pandemia, muitos pontos sofreram retrocessos, intensificando ainda mais a luta incansável das militantes. Dialogando com o folder “Mulheres Camponesas na luta contra a violência” (figura 1), é possível ver que os temas relacionados às formas de violências sofridas no campo estão sempre presentes nas pautas.

Com o objetivo de lutar contra todas as formas de violência que vivem as mulheres do campo, o movimento manteve o compromisso de tecer relações melhores no intuito de construir uma nova sociedade, inclusive durante a situação atual brasileira. Ao intensificar as lutas e ações nas organizações de mulheres vinculadas à Via Campesina, o tema da violência passa a fazer parte das lutas regionais, nacionais e internacionais, assim como ocorre com os debates do MST, a fim de ter um esforço coletivo de reflexões com milhares de mulheres.

Além disso, a ideia expressa nos folders deixa claro que, ao tratar da violência contra as mulheres do campo e da floresta, é preciso levar em consideração algumas características específicas do seu contexto. Além da violência que sofrem se enquadrar dentro das formas já citadas anteriormente, as mulheres das zonas rurais precisam encarar a sobrecarga de trabalho, o uso quase diário de agrotóxico e o fato de que vivem numa realidade em que as moradias são distantes uma das outras e, quando ocorre uma situação de violência, dificilmente serão ouvidas por outras pessoas, mesmo que, literalmente, gritem por ajuda.

Ademais, a cultura machista e o conservadorismo no campo são muito fortes. Muitas vezes a mulher é vista como propriedade do seu companheiro. Outro fator de diferenciação da violência do campo é a cultura de submissão, que naturalizada diversas formas de violência e, por último, a cultura do imoral, do feio, do “roupa suja se lava em casa”, que são elementos que fazem com que a mulher tenha medo e se mantenha calada.

As situações em que essas mulheres estão inseridas são construídas dia após dia. E justamente por não serem imutáveis é que elas podem ser alteradas. Contudo, questiona-se muito se as alterações propostas pelas feministas ao longo dos séculos XIX e XX surtiram efeitos na sociedade e de que maneira nos desafiaram a buscar alternativas para solucionar as

⁷ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/06/mulheres-sem-terra-contr-os-virus-e-as-violencias/>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

questões postas pelo movimento. Todavia, as pesquisas sobre as relações de gênero nos Movimentos Sociais do Campo mostram que, ao analisarmos essas questões nos grupos socialmente excluídos, é possível falarmos em transformações sociais e culturais, sim. Portanto, não se trata de questionarmos as mudanças, pois elas de fato ocorreram, mas questionarmos o seu alcance. São esses fatos que nos mostram que somente a luta contínua e permanente é capaz de estabelecer novas perspectivas de superação das relações patriarcais e de gênero, resultando em transformações na vida de muitas mulheres.

5. Considerações finais

As mudanças sociais são lentas e historicamente construídas no nosso cotidiano. Porém, uma vez conquistados os direitos, eles nunca estão para sempre assegurados e, por isso, dependem de lutas permanentes e, quando pensamos no sistema em que vivemos, percebemos que as lutas do MMC e do MST precisarão seguir enfrentando as formas de opressão por tempo indeterminado.

Além disso, refletindo sobre as transformações ocasionadas nas estruturas das relações de gênero dos movimentos, as lutas e as vitórias travadas também não significam que as transformações serão constantemente para melhor, uma vez que as desigualdades de gênero continuam a existir. Por esses motivos, precisamos ter cuidado para que a dominação e opressão sofrida pelas mulheres ao longo da sua história continuem sendo consideradas o ponto central para seu feminismo, a fim de que não sejam retrocedidos pontos em que a luta já se encontra em estágio avançado.

Após análise dos dados e do posicionamento expresso nos materiais produzidos pelas mulheres do movimento, podemos constatar que elas estão o tempo inteiro em ação, lutando contra o patriarcado, o capital e ainda questionando a estrutura social. Depois de terem ultrapassado o campo do privado, elas se recusaram a abaixar suas cabeças para o machismo, o patriarcado e para toda e qualquer situação que as oprima. Lutando como sempre lutaram as mulheres, elas resistem em todos os territórios e espaços que ocupam e continuam defendendo a construção de uma realidade melhor para a classe trabalhadora, tanto do campo quanto da cidade, e exigem por coisas que vão desde o básico, como seu direito à vida, até coisas que parecem mais distantes aos nossos olhos, como a igualdade de gênero e o fim das violências.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referências

- ALCÂNTARA, Fernanda. *A quarentena, o fascista e a violência contra as mulheres*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/03/a-quarentena-o-fascista-e-a-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em: 10/03/2021.
- BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20. Curitiba, 2007, p.112.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.114.
- CONNELL, R. e MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1) 241-282, janeiro-abril 2013, p.116
- GOHN, M. da G. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.
- LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. In: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 2014, p.470.
- MARROU, Henri-Irenée. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 62-63
- MELLO, Michele de. *Feminismo popular busca unidade por mais direitos às mulheres na América Latina*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/10/feminismo-popular-busca-unidade-por-mais-direitos-as-mulheres-na-america-latina/> Acesso em: 10/03/2021.
- MOVIMENTO das Mulheres Camponesas (MMC). *Mulheres camponesas na luta contra a violência*. Folder. 2014. Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/download> Acesso em: 10/03/2021.
- MOVIMENTO das Mulheres Camponesas (MMC). *A violência no campo e nas florestas*. Folder. 2014. Disponível em: <https://www.mmcbrazil.com.br/site/download> Acesso em: 10/03/2021.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Arte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra*. Imagem. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/download/jornada-nacional-de-lutas-das-mulheres-sem-terra-2021/> Acesso em: 10/03/2021.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Mulheres Sem Terra: Contra os vírus e as violências*. Imagem. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/06/mulheres-sem-terra-contra-os-virus-e-as-violencias/> Acesso em: 10/03/2021.
- NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. *Gênero e poder: a construção da*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ. 2014, p.3

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. In *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 6 (1) 1998, p. 98.

OLIVEIRA, Sheila. *Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil/> Acesso em: 10/03/2021.

PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular, 2004, pp. 45-46

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995, p.73.

SCOTT, Joan W. *Os Usos e Abusos do Gênero*. São Paulo, Projeto História, n.45, Dez. 2012.

Sem autor. *MULHERES Sem Terra: Contra os vírus e as violências*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/06/mulheres-sem-terra-contra-os-virus-e-as-violencias/> Acesso em: 10/03/2021.

sem autor. *MULHERES Sem Terra mobilizam-se em defesa da vida neste 8 de março*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/05/mulheres-sem-terra-mobilizam-se-em-defesa-da-vida-neste-8-de-marco/> Acesso em: 10/03/2021.